

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS
GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2022

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF ("Companhia" ou "ABGF"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e para o período de três meses findos nessa data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) / CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com a NBC TG 21 (R4)/CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Brasília, 04 de julho de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3



abgf

Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS 1º TRIMESTRE DE 2022

Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS	11
1. Informações Gerais.....	11
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias	11
3. Práticas Contábeis	12
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	12
5. Caixa e equivalentes de caixa	12
6. Contas a receber de clientes.....	13
7. Tributos a recuperar / compensar.....	13
8. Outros créditos e Outros Valores e Bens	14
9. Despesas Antecipadas.....	15
10. Investimento em Fundos Garantidores	15
11. Imobilizado e Intangível.....	17
11.1 Ativo Imobilizado	17
11.2 Ativo Intangível	17
12. Obrigações a Pagar.....	18
13. Impostos e Encargos Sociais a Recolher.....	19
14. Encargos Trabalhistas.....	19
15. Impostos e Contribuições	20
16. Patrimônio Líquido	20
17. Receita de Serviços.....	22
18. Custos dos Serviços Prestados.....	23
19. Despesas Administrativas por Natureza	23
20. Despesas com Pessoal por Natureza	24
21. Partes Relacionadas.....	26
22. Despesas Tributárias	27
23. Resultado Financeiro.....	27
24. Compromissos, Responsabilidades e Contingências	28
25. Eventos Subsequentes	28


BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	31/03/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		321.942.925	313.229.043
Disponível	5	313.736.230	306.257.273
Caixa e Bancos		2.084	2.639
Equivalentes de Caixa - Investimentos		313.734.146	306.254.634
Títulos e Créditos a Receber		8.135.710	6.786.393
Títulos e Créditos a Receber	6	1.722.070	1.469.885
Tributos a Recuperar / Compensar	7	6.347.575	5.316.508
Outros Créditos	8.a	66.065	-
Outros Valores e Bens		-	28.723
Outros Valores	8.b	-	28.723
Despesas Antecipadas	9	70.985	156.654
ATIVO NÃO CIRCULANTE		910.842	1.041.438
Investimentos		81.836	78.905
Investimentos em cotas de fundos garantidores	10	81.836	78.905
Imobilizado	11.1(a)	773.266	898.688
Bens Móveis		413.567	480.389
Outras Imobilizações		359.699	418.299
Intangível	11.2(a)	55.740	63.845
Outros Intangíveis		55.740	63.845
TOTAL DO ATIVO		322.853.767	314.270.481
PASSIVO CIRCULANTE		7.292.872	4.323.085
Contas a Pagar		7.292.872	4.323.085
Obrigações a Pagar	12	2.795.102	2.739.739
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	13	1.162.584	460.656
Encargos Trabalhistas	14	1.082.475	927.945
Impostos e Contribuições	15	2.252.711	194.745
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		343.072	324.922
CONTAS A PAGAR		343.072	324.922
Tributos Diferidos	15	10.413	9.417
Passivos Contingentes	24	332.659	315.505
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	315.217.823	309.622.474
Capital Social		237.370.917	237.370.917
Reserva Legal		5.489.504	5.489.504
Reserva Especial de Lucros		7.965.457	7.776.903
Reserva Estatutária		58.966.871	58.966.871
Lucros Acumulados		5.404.860	-
Outros Resultados Abrangentes	16	20.214	18.279
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		322.853.767	314.270.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	Trimestre findo em	
		31/03/2022	31/03/2021
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES	17	4.516.968	4.390.496
Receitas de Prestação de Serviços		5.267.601	5.120.112
(-) Deduções de Receita de Serviços		(750.633)	(729.616)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM FUNDOS GARANTIDORES	18	(2.729.792)	(2.616.504)
Outros Custos Administrativos		(363.242)	(266.693)
Pessoal		(2.366.550)	(2.349.811)
(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES		1.787.176	1.773.992
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(907.875)	(739.836)
Despesas Administrativas	19	(223.390)	(222.384)
Despesas com Pessoal	20	(684.485)	(517.452)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	22	(333.962)	(65.248)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	23	6.930.572	1.377.585
RECEITAS FINANCEIRAS		7.181.976	1.403.174
DESPESAS FINANCEIRAS		(251.404)	(25.589)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		7.475.911	2.346.493
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES		7.475.911	2.346.493
(-) IMPOSTO DE RENDA		(1.499.733)	(479.075)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(571.318)	(179.446)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		5.404.860	1.687.972
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		50.000	50.000
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		108,10	33,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	NE	Trimestre findo em	
		31/03/2022	31/03/2021
Lucro Líquido do Período		5.404.860	1.687.972
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Cotas de Fundos Garantidores	16.c	1.935	(127)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		5.406.795	1.687.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	NE	Capital Social	Reservas			Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados	Total
			Legal	Especial	Estatutária			
Saldos Final em 31/12/2020		237.370.917	4.943.757	3.887.929	58.966.871	16.163	-	305.185.637
Lucro Líquido do Exercício	16.b						1.687.972	1.687.972
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	16.c					(127)		(127)
Saldos Final em 31/03/2021		<u>237.370.917</u>	<u>4.943.757</u>	<u>3.887.929</u>	<u>58.966.871</u>	<u>16.036</u>	<u>1.687.972</u>	<u>306.873.482</u>
Lucro Líquido do Período							9.226.978	9.226.978
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior				(3.887.928)				(3.887.928)
Constituição de Reserva Legal			545.747				(545.747)	-
Dividendos mínimos obrigatório proposto/Juros sobre o Capital Próprio							(2.592.301)	(2.592.301)
Proposta de dividendos excedente ao mínimo				7.776.902			(7.776.902)	-
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes						2.243		2.243
Saldo Final em 31/12/2021		<u>237.370.917</u>	<u>5.489.504</u>	<u>7.776.903</u>	<u>58.966.871</u>	<u>18.279</u>	<u>-</u>	<u>309.622.474</u>
Lucro Líquido do Período	16.b						5.404.860	5.404.860
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Recomposição de Dividendos Excedente ao Mínimo				188.554				188.554
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	16.c					1.935		1.935
Saldos em 31/03/2022		<u>237.370.917</u>	<u>5.489.504</u>	<u>7.965.457</u>	<u>58.966.871</u>	<u>20.214</u>	<u>5.404.860</u>	<u>315.217.823</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NE	31/03/2022	31/03/2021
<u>Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais</u>			
Lucro do Período	16.b	5.404.860	1.687.972
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		251.404	25.576
Depreciação/Amortização/Ajuste ao Valor Recuperável	11	133.526	136.507
Resultado ajustado		5.789.790	1.850.055
Variações nos Ativos			
Redução (aumento) de clientes		(252.185)	(1.044.364)
Aumento de tributos a Recuperar		(1.031.067)	343.809
Aumento de outros Créditos		48.327	5.857
Variações nos Passivos			
Redução (Aumento) de Obrigações a Pagar		(7.486)	12.472
Aumento de Impostos e Encargos Sociais a Recolher		701.928	143.388
Aumento de Encargos Trabalhistas		154.530	56.606
Aumento de Impostos e Contribuições		2.057.966	668.478
Aumento (Redução) de Passivos Contingentes		17.154	(12.195)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		7.478.957	2.024.106
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</u>			
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-	-
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</u>			
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		-	-
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.478.957	2.024.106
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		306.257.273	296.486.565
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		313.736.230	298.510.671
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.478.957	2.024.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma Companhia de capital fechado de direito privado, pública, que atua na forma do art. 38 da Lei

nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, na administração, gestão e representação de fundos garantidores, de fundos que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito em operações de crédito à exportação.

No cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal, Estadual e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços para a execução de atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representada pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), com vigência até abril de 2023.

1.1 Continuidade Operacional

A ABGF, por estar incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND e aguardar as definições da União quanto ao modelo de desestatização que será adotado, vem mantendo suas atividades operacionais em pleno funcionamento para atender o contrato de prestação de serviços com a SECAMEX, relacionados ao SCE/FGE, bem como a gestão dos fundos FGIE e FERS.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira. As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de demonstração intermediária, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da NBC TG 21 (R4) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Deliberação CVM nº 673, de 20 de outubro de 2011.

A emissão destas Demonstrações Contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 17 de maio de 2022.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

3. Práticas Contábeis

As políticas e métodos contábeis adotados no primeiro trimestre de 2022 foram aplicados consistentemente com os mesmos critérios utilizados no encerramento do exercício de 2021.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Caixa e Bancos	(i)	2.084	2.639	-21%
Aplicações Financeiras	(ii)	313.734.146	306.254.634	2,4%
		313.736.230	306.257.273	2,4%

(i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (Suprimento de Fundos), de acordo com norma interna ABGF e legislação federal aplicável;

(ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo, exclusivo para os recursos disponíveis da Companhia. Esse Fundo tem liquidez imediata, "mantido" junto ao Banco do Brasil, não sendo necessário agendamento prévio para realização de resgates.

A seguir, demonstrativo da composição e diversificação da carteira do BB PARANOÁ FIC FI CURTO PRAZO com posição em 31/03/2022.

(valor em milhares de reais)

Aplicações – especificação	Quantidade	Mercado / realização
Cotas de fundo de investimento:		
BB Top Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	19.565.807	313.734
Total do Ativo		313.734
Valores a Pagar		36
Patrimônio Líquido		313.734
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		313.770

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

6. Contas a receber de clientes

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (SE-CAMEX) do Ministério da Economia e por outorga legal ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). Todos os nossos clientes são classificados como Partes Relacionadas.

		31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Partes Relacionadas:				
SE-CAMEX/ME (FGE)	(i)	1.020.749	974.161	4,8%
FESR	(ii)	393.661	427.525	-7,9%
FGIE	(iii)	307.660	68.199	351,1%
		1.722.070	1.469.885	17,2%

- (i) Valor a receber da SE-CAMEX/ME, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior. O aumento é decorrente da renovação do contrato pelos serviços prestados à SE-CAMEX/ME, com reequilíbrio dos custos em relação aos serviços prestados.
- (ii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural do mês de encerramento dos respectivos períodos. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017. A variação negativa de 7,9% decorre do registro de diferença de remuneração à administradora em virtude do recálculo da média dos prêmios emitidos;
- (iii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo do mês de encerramento dos respectivos períodos. O aumento de 351,1% é decorrente da ausência de pagamento, até o período analisado, constando 3 (três) faturas em aberto enquanto em dezembro/2021 constava o saldo de apenas 1 (uma) fatura. Essa ausência de pagamento até 31.03.2022 decorre da não deliberação pela Assembleia de Cotistas da proposta de orçamento do FGIE para o ano de 2022.

7. Tributos a recuperar/compensar

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade, itens 71 e 72, a Companhia reconhece e mensura separadamente os ativos fiscais (tributos a recuperar) e passivos fiscais (tributos a recolher).

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

O quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições retidos da ABGF por ocasião de serviços prestados:

		31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
CSLL retida na fonte por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	16.534	16.384	0,9%
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	79.359	78.645	0,9%
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	3.504.819	4.995.172	-29,8%
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	170.459	166.504	2,4%
IRPJ e CSLL pagos por estimativa	(iii)	2.516.058	-	100,0%
Outros tributos e contribuições a Recuperar	(iv)	60.346	59.803	0,9%
Total dos Tributos a Recuperar		6.347.575	5.316.508	19,4%
Ativo Fiscal Corrente		6.347.575	5.316.508	

- (i) Essas rubricas são compostas dos valores apropriados por competência relativos à retenção de IR e CSLL, sobre as Notas Fiscais emitidas em março/2022, e que ainda não foram pagos para a ABGF pelo FESR e SE-CAMEX/ME;
 A ABGF efetua a retenção na fonte do IR e da CSLL quando do pagamento das Notas Fiscais pelos serviços prestados ao FESR e a SE-CAMEX/ME. A retenção é realizada em conformidade com o art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996, e a Instrução Normativa nº 1.234, de 2012;
- (ii) Saldo negativo de IRPJ/CSLL é resultado do excedente dos recolhimentos antecipados por estimativa e as retenções fonte em relação com a efetiva apuração do Lucro Real e com o Livro de Apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do exercício anterior;
- (iii) O valor refere-se ao recolhimento do IRPJ/CSLL por estimativa no primeiro trimestre/2022;
- (iv) Outros tributos a recuperar referem-se ao PIS e COFINS retidos na fonte sobre os serviços prestados.

8. Outros créditos e Outros Valores e Bens

(a) Outros créditos

	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes	66.065	-	100,0%
	66.065	-	100,0%

Refere-se ao pagamento antecipado de 13º Salário de funcionários que requereram o benefício em virtude de férias no primeiro trimestre/2022.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(b) Outros Valores e Bens

	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Estoque de Material de Expediente	-	28.723	-100%
	<u>-</u>	<u>28.723</u>	<u>-100%</u>

A partir do primeiro trimestre/2022, houve alteração na prática contábil nos Estoque, a Companhia passou a adotar a metodologia de reconhecer as compras de material de expediente e escritório em conta de resultado, não mais registrando em conta de estoque, pois já não se fazem presentes à realidade da Companhia, aliados à aquisições efetuadas que não sensibilizaram a conta de estoque, e, considerando os controles atualmente efetuados pelas áreas de suprimentos e recursos (GAFIN e GETEC), o controle contábil não se mostra adequado, uma vez que não traz informações relevantes para os usuários das demonstrações contábeis, incorrendo somente em custos adicionais não compatíveis com a situação vivenciada pela Companhia.

9. Despesas Antecipadas

	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Licença de Softwares/Seguros	70.985	156.654	-54,7%
	<u>70.985</u>	<u>156.654</u>	<u>-54,7%</u>

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos antecipadamente, cujos benefícios esperados fluirão em período futuro, como despesas de licença de softwares e seguros.

10. Investimento em Fundos Garantidores

As cotas dos fundos garantidores são avaliadas pelo seu valor patrimonial. A ABGF mantém participação estatutária de 0,01% do PL do FGIE (art. 4º do Estatuto do Fundo). Os quadros a seguir demonstram a movimentação dos investimentos em fundos garantidores ocorridas no 1º trimestre de 2022.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(a) Informação dos investimentos da ABGF e participação

Investimento	Informações dos Investimentos (i)			Participação (%) da ABGF em Cotas	Saldo do Investimento
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	PL Ajustado		
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	786.177.291	29.372.583	815.549.874	0,01003	81.836
					<u>81.836</u>

(i) Informações do Patrimônio Líquido total do FGIE do mês de março/2022.

(b) Quantidade de cotas do fundo garantidor e participação da ABGF

	Qtde. total de cotas do fundo	Participação (%) da ABGF em Cotas	Qtde. de cotas da ABGF	Valor unitário da cota	Participação (R\$) da ABGF
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	102.045	0,01003	10,24	7.992,06695	81.836
Total de investimento em cotas do Fundo					<u>81.836</u>

(c) Movimentação da participação

Investimento	2021	Aportes em 2021	Valorização/Desvalorização	Redução de Participação	31/03/2022
FGIE	78.905	-	2.947	(16)	81.836
	<u>78.905</u>	<u>-</u>	<u>2.947</u>	<u>(16)</u>	<u>81.836</u>

(d) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Em conformidade com a Lei 12.712, de 30 de agosto de 2012, os rendimentos auferidos pelos fundos garantidores não se sujeitam à incidência de imposto de renda na fonte, devendo integrar a base de cálculo dos impostos e contribuições devidos pelo cotista, na forma da legislação vigente, quando houver o resgate de cotas, total ou parcial, ou na dissolução dos fundos.

Investimento	Ajustes Acumulados até 2021	Ajustes Acumulados em 2021	Total dos Ajustes	Tributos - IRPF e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos 31/03/2022
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	27.696	2.931	30.627	10.413	20.214
	<u>27.696</u>	<u>2.931</u>	<u>30.627</u>	<u>10.413</u>	<u>20.214</u>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

11. Imobilizado e Intangível

11.1 Ativo Imobilizado

(a) Composição Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Mobiliário em Geral	10% a 20%	356.272	(177.785)	178.487	187.137
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	179.722	(163.434)	16.288	18.674
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	1.784.478	(1.579.787)	204.691	259.602
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(812.261)	359.699	418.298
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	47.480	(33.379)	14.101	14.977
		<u>3.539.912</u>	<u>(2.766.646)</u>	<u>773.266</u>	<u>898.688</u>

(b) Movimentação do Custo

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferência	31 de março de 2022
Mobiliário em Geral	356.272	-	-	-	356.272
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	179.722	-	-	-	179.722
Equipamentos de Informática e Software	1.784.478	-	-	-	1.784.478
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	47.480	-	-	-	47.480
	<u>3.539.912</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.539.912</u>

(c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferência	31 de março de 2022
Mobiliário em Geral	169.135	8.650	-	-	177.785
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	161.048	2.386	-	-	163.434
Equipamentos de Informática e Software	1.524.876	54.911	-	-	1.579.787
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	753.662	58.599	-	-	812.261
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	32.503	876	-	-	33.379
	<u>2.641.224</u>	<u>125.422</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.766.646</u>

11.2 Ativo Intangível

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares, classificados de acordo com a NBC TG 04 (R3), do Conselho Federal de Contabilidade.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Software	20%	341.200	(285.460)	55.740	63.845
		<u>341.200</u>	<u>(285.460)</u>	<u>55.740</u>	<u>63.845</u>

(b) Movimentação do Custo

	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferência	31 de março de 2022
Software	341.200	-	-	-	341.200
	<u>341.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>341.200</u>

(c) Movimentação da Amortização Acumulada

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Transferência	31 de março de 2022
Software	277.355	8.105	-	-	285.460
	<u>277.355</u>	<u>8.105</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>285.460</u>

12. Obrigações a Pagar

	31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Telefone, Energia e Internet	13.252	16.225	-18,3%
Aluguéis e Condomínios	46.823	49.069	-4,6%
Salários a Pagar (i)	38.475	38.684	-0,5%
Serviços terceirizados	26.417	19.088	38,4%
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (ii)	2.655.152	2.592.301	2,4%
Outros Fornecedores (iii)	14.983	24.372	-38,5%
	<u>2.795.102</u>	<u>2.739.739</u>	<u>2,0%</u>

- (i) Refere-se a remuneração de um diretor cedido à ABGF pelo Ministério da Economia;
(ii) No exercício de 2021 foi proposto pela Administração a distribuição integral dos resultados obtidos no período;
(iii) O decréscimo decorre do provisionamento referente a contratação de serviços de consultoria tributária ocorrida em dezembro de 2021, pago no mês subsequente.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

13. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

		31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Previdência Social de Funcionários		171.644	167.652	2,4%
FGTS a Recolher	(i)	46.991	65.447	-28,2%
IRRF sobre a Folha a Recolher	(i)	122.116	215.141	-43,2%
IRPJ a Recolher	(ii)	575.064	-	100,0%
Contribuição Social a Recolher	(ii)	234.422	-	100,0%
Impostos Retidos de Fornecedores		<u>12.347</u>	<u>12.416</u>	<u>-0,06%</u>
		<u>1.162.584</u>	<u>460.656</u>	<u>152,4%</u>

- (i) Variação decorrente do impacto da contribuição ao FGTS e o recolhimento do Imposto de Renda retido dos funcionários incidentes sobre folha de pagamento recolhidos em abril/2022;
- (ii) No exercício de 2021 houve excedente de recolhimentos antecipados por estimativa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quando comparado com a efetiva apuração do Lucro Real e com o Livro de Apuração de Contribuição Social. O valor dos tributos refere-se ao valor apurado por estimativa que serão liquidados no dia 30/04/2022.

14. Encargos Trabalhistas

		31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Provisão para Férias		696.137	708.595	-1,8%
Provisão para 13º Salário	(i)	130.694	-	100,0%
Encargos Sociais sobre Provisões		<u>255.644</u>	<u>219.350</u>	<u>16,5%</u>
Encargos trabalhistas		<u>1.082.475</u>	<u>927.945</u>	<u>16,7%</u>

- (i) variação decorrente do provisionamento do 13º salário, referente ao exercício de 2022. Em dezembro/2021 as verbas foram integralmente reclassificadas (encargos) ou pagas (proventos).

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

15. Impostos e Contribuições

Os saldos indicados a seguir compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia.

		31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação %
Provisão Imposto de Renda	(i)	1.499.732	-	100,0%
Provisão Contribuição Social	(i)	571.318	-	100,0%
COFINS a Recolher		150.225	161.152	-6,8%
PIS/Pasep a Recolher		26.635	30.183	-11,8%
Outros Impostos e Taxas		4.801	3.410	40,8%
Impostos e Contribuições - Curto Prazo		2.252.711	194.745	1056,7%
Provisão Imposto de Renda Diferida		7.656	6.924	10,6%
Provisão Contribuição Social Diferida		2.757	2.493	10,6%
Impostos e Contribuições - Longo Prazo		10.413	9.417	10,6%
Total de Tributos		2.263.124	204.162	1008,5%

- (i) A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do 1º trimestre de 2022 foi calculada com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual esperada para o exercício social completo, conforme NBC TG 21 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para o período reportado, a alíquota efetiva utilizada foi de 27,70%.

16. Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia:

		31 de março de 2022	31 de dezembro de 2021
Capital Subscrito		237.370.917	237.370.917
Reserva Legal		5.489.504	5.489.504
Reserva Especial de Lucros		7.965.457	7.776.903
Reserva Estatutária	(i)	58.966.871	58.966.871
Lucro do Período Intermediário		5.404.860	-
Outros Resultados Abrangentes		20.214	18.279
		315.217.823	309.622.474

- (i) A partir de 17/11/2020, houve alteração no Estatuto Social da ABGF que deixou de prever a constituição da Reserva Estatutária sem indicação e sua destinação. Até o período analisado ainda não saiu a definição sobre a destinação da reserva estatutária, e o valor ficará mantido na classificação atual enquanto aguarda a deliberação sobre a destinação do montante acumulado.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 237.370.917 (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e setenta mil e novecentos e dezessete reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, e é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 4.747,42/por ação.

(b) Resultado do período

O resultado do 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 7.475.911, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, contra R\$ 2.346.493 no 1º trimestre de 2021, apresentando acréscimo de 218,6%, impactado, principalmente, pelo aumento do resultado financeiro de 403,1% no primeiro trimestre de 2022, quando comparado com o mesmo período de 2021, em decorrência do aumento da taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

As receitas com prestação de serviços tiveram aumento de 2,9%, decorrente, principalmente, da revisão do contrato de prestação de serviços à SE-CAMEX, relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

A ABGF registrou no período lucro líquido de R\$ 5.404.860 no 1º trimestre de 2022, contra R\$ 2.346.493 no mesmo período de 2021, apresentando acréscimo de 220,2%. O lucro por ação foi de R\$ 108,10.

A seguir a composição dos resultados do 1º trimestre de 2022 e 2021:

	Trimestre findo em		Variação %
	31 de março de 2022	31 de março de 2021	
Serviços Prestados	5.267.601	5.120.112	2,9%
(-) Tributos sobre o Faturamento	(750.633)	(729.616)	2,9%
Receita Líquida de Serviços	4.516.968	4.390.496	2,9%
Resultado Financeiro Líquido	6.930.572	1.377.585	403,1%
RECEITAS TOTAIS	11.447.540	5.768.081	98,5%
(-) Despesas Operacionais	(3.971.629)	(3.421.588)	16,1%
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	7.475.911	2.346.493	218,6%
IRPJ e CSLL	(2.071.051)	(658.521)	214,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	5.404.860	1.687.972	220,2%

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(c) Resultado abrangente

A ABGF registra os investimentos em cotas de fundos garantidores em ativos não circulantes avaliados a valor justo com reflexo em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

	Acumulado até		Variação %
	31 de março de 2022	31 de março de 2021	
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	1.935	(127)	1623,6%
	1.935	(127)	1623,6%

17. Receita de Serviços

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções.

	Trimestre findo em		Variação %
	31 de março de 2022	31 de março de 2021	
Receita operacional bruta	5.267.601	5.120.112	2,9%
SE-CAMEX/MF (FGE)	(i) 3.579.483	3.305.116	8,3%
FGIE	(ii) 307.660	553.291	-44,4%
FESR	(iii) 1.380.458	1.261.705	9,4%
(-) Deduções da Receita	(750.633)	(729.616)	2,9%
COFINS	(400.338)	(389.128)	2,9%
PIS/Pasep	(86.915)	(84.482)	2,9%
ISS	(263.380)	(256.006)	2,9%
Receita operacional líquida	4.516.968	4.390.496	2,9%
Total da Receita Operacional	4.516.968	4.390.496	2,9%

- (i) Houve revisão do contrato dos serviços prestados à SE-CAMEX/ME, que levou ao aumento desta receita em torno de 8,3% a partir de janeiro/2022;
- (ii) A remuneração do FGIE corresponde ao rateio dos custos administrativos e de pessoal, e tiveram redução de 44,4% em 2022 quando comparado com 2021;

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (iii) A remuneração da Companhia, em relação ao FESR, tem como base a aplicação de 0,25% sobre o média dos prêmios emitidos nos últimos três exercícios anteriores. A base de cálculo (prêmios emitidos) teve aumento da remuneração de 9,4% no primeiro trimestre de 2022, quando comparado com o mesmo período de 2021.

18. Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para a SE-CAMEX/ME, para o FGIE, para o FESR e manutenção das demais atividades internas da empresa.

	Trimestre findo em		Variação %
	31 de março de 2022	30 de março de 2021	
Custos com pessoal (i)	2.366.550	2.349.811	0,7%
Custos administrativos (ii)	363.242	266.693	36,2%
Gastos alocados aos serviços prestados	2.729.792	2.616.504	4,3%

(i) A variação positiva de 0,7% dos gastos alocados aos serviços prestados decorre da adequação do quadro funcional com novas contratações no primeiro trimestre de 2022.

(ii) Os custos administrativos tiveram variação positiva de 36,2% no primeiro trimestre de 2022, decorrente da contratação de serviços de terceiros pela adequação a Lei de Proteção de Dados – LGPD, e reajuste dos contratos vigentes.

19. Despesas Administrativas por Natureza

No primeiro trimestre de 2022 houve aumento de 19,9% nas despesas administrativas do acumulado, conforme quadro abaixo, que inclui as despesas e os custos dos serviços prestados:

		Acumulado até		Variação %
		31 de março de 2022	31 de março de 2021	
Serviços de Terceiros	(i)	28.934	7.207	301,5%
Ocupação	(ii)	200.098	183.285	9,2%
Créditos tributário PIS/Pasep e COFINS	(iii)	(27.478)	(26.368)	4,2%
Depreciação/amortização		133.526	136.507	-2,2%
Despesas Gerais	(iv)	251.552	188.446	33,5%
Total das despesas administrativas		586.632	489.077	19,9%
Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados (nota 18)		363.242	266.693	36,2%
Despesas Administrativas		223.390	222.384	0,5%

- (i) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e prestação de serviços;
- (ii) As despesas com ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínio e serviços terceirizados de limpeza e conservação;

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (iii) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003;
- (iv) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, multas contratuais, dentre outras.

As variações decorrem dos fatos modificativos abaixo:

- a) Aumentativos das despesas: a) aumento dos serviços de terceiros decorrente da adequação a Lei de Proteção de Dados – LGPD; b) créditos de PIS e COFINS decorrentes do aumento das despesas de aluguel; c) despesas gerais pela baixa do estoque material de expediente e escritório; e c) custo com energia elétrica;
- b) Diminutivos das despesas: a) depreciação dos bens 100% depreciados.

20. Despesas com Pessoal por Natureza

No primeiro trimestre de 2022, os gastos totais com pessoal apresentaram aumento de 6,4% se comparados com o mesmo período do ano anterior. Os gastos com empregados aumentaram 10,8% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros, reduziram 10,1% em relação com o mesmo período de 2021.

O aumento das despesas com funcionários decorre, principalmente, da adequação do quadro funcional da Companhia com novas contratações promovidas no primeiro trimestre de 2022.

Já o decréscimo verificado nas despesas de diretores e conselheiros foi decorrente da movimentação com redução e readequação do quadro de conselheiros, ocorrida a partir de abril/2021.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

	Acumulados até		Variação %
	31 de março de 2022	31 de março de 2021	
Empregados:			
Salários, Encargos e Benefícios	2.512.250	2.268.025	10,8%
Salários e Ordenados	1.456.620	1.277.512	14,0%
Encargos Sociais	454.175	436.125	4,1%
Provisões Trabalhista e Previdenciária	395.457	359.355	10,0%
Benefícios Empregados	204.819	194.353	5,4%
Saúde e Segurança do Trabalho	1.179	680	73,4%
Diretoria e Conselhos:			
Honorários, Encargos e Benefícios	538.785	599.238	-10,1%
Honorários do Conselho de Administração	53.163	76.295	-30,3%
Honorários do Conselho Fiscal	26.581	40.362	-34,1%
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutária	79.744	83.820	-4,9%
Honorários da Diretoria Executiva	244.586	245.158	-0,2%
Encargos Sociais Sobre Honorários	85.011	103.583	-17,9%
Provisão Trabalhista e Previdenciária	27.486	27.486	-
Benefícios Diretor	22.214	22.534	-1,4%
Total dos gastos com pessoal	3.051.035	2.867.263	6,4%
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados (NE 18)	2.366.550	2.349.811	0,7%
Despesas com pessoal (i)	684.485	517.452	32,3%

(i) A companhia utiliza o método de custeio por absorção para alocação dos custos de pessoal aos produtos. Observa-se que o equivalente a 33% das despesas de pessoal é alocado aos custos dos serviços prestados.

A ABGF reembolsa às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de uma Diretora Executiva cedida por outro órgão.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea "e":

- Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 23,4 mil e R\$ 10,4 mil;
- Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 46,5 mil e R\$ 43,6 mil;
- Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 15,7 mil e R\$ 45,1 mil.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Nas remunerações informadas estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos. Com relação à remuneração de dirigentes estão consideradas as remunerações aprovadas pela Assembleia Geral.

21. Partes Relacionadas

(a) Controlador

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

(b) Operações com administradores

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A ABGF reembolsa aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos cedidos.

A remuneração dos Diretores vem sendo composta por parcela fixa, benefícios e obrigações.

O teto remuneratório dos membros dos conselhos de Administração e Fiscal é limitado a 10% da remuneração mensal média dos diretores.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é de 20% do valor remuneração média mensal dos diretores.

A aprovação dos valores pagos aos administradores e conselheiros no período de abril/2021 a março/2022 constam da Nota Técnica DIAFI/GEAFI nº 040/2021/O, de 09/03/2021, e contou com a deliberação da Assembleia de Acionistas da Companhia.

(c) Reembolso de diretores cedidos

O Diretor Presidente é designado por meio de Termo de Posse, e possui mandato permanente. A Diretora de Garantias é cedida pelo Ministério da Economia.

(d) Transações com partes relacionadas

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) prestados à União, por meio da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam da Nota 6.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

22. Despesas Tributárias

As despesas tributárias são compostas por impostos e taxas não incidentes sobre o lucro da Companhia. O quadro abaixo demonstra os montantes destas despesas.

	Trimestre findo em		Variação %
	31 de março de 2022	31 de março de 2021	
PIS/Pasep e COFINS	(i) 333.962	65.248	411,8%
Total	333.962	65.248	

(i) PIS/Pasep e COFINS sobre receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, foram reestabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015;

23. Resultado Financeiro

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da Companhia em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5. A variação positiva de 422,1% pode ser explicada pelo aumento da taxa de juros em papéis pós-fixados, base da carteira do fundo mantido junto ao Fundo de Investimento.

O saldo de Juros Ativos representa a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), do saldo de Tributos a Recuperar/Compensar.

As Despesas Financeiras decorrem de juros e atualizações das obrigações da Companhia. A variação pode ser explicada, principalmente, pela atualização das obrigações para remuneração dos acionistas (dividendos e JCP), que correspondeu a distribuição de todo resultado gerado no exercício de 2021, os quais serão liquidados em maio de 2022, atualizados pela Selic.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

O Resultado Financeiro da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	Trimestre findo em		Variação %
	31 de março de 2022	31 de março de 2021	
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	7.072.626	1.354.626	422,1%
Atualização monetária/Juros	109.350	48.548	125,2%
	7.181.976	1.403.174	411,8%
Despesas financeiras	(251.404)	(25.589)	882,5%
Resultado Financeiro líquido	6.930.572	1.377.585	403,1%

(i) Variação decorre, principalmente, pelo aumento da taxa de juros em papéis pós-fixados atrelados à taxa CDI.

24. Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Os passivos contingentes são provisionados quando a obrigação presente tenha sido classificada como a existência provável de saída de recursos para sua liquidação (CPC 25).

Em 31 de março de 2022 existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas contra a Companhia, sendo sua maioria referente a pedido de indenização com fulcro no Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

A Companhia após a tomada de ciência da existência de contencioso em que se configure na parte passiva da demanda, avalia individualmente cada demanda promovendo sua classificação e, sendo considerada provável, constitui provisão de 100% do montante de saída de caixa esperado.

Dentre as ações contra a Companhia estão classificadas como provável e provisionado o valor de R\$ 332,7 mil.

25. Eventos Subsequentes

Até a data de emissão das demonstrações contábeis não foi de nosso conhecimento a ocorrência de fato subsequente que altere significativamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

Brasília (DF), 31 de março de 2022.

Octávio Luiz Bromatti
Presidente

Helena Mulim Venceslau
Diretora de Garantias

Luiz Carlos e Silva
Contador
CRC DF – 013783/O-8